

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL**  
**CURSO DE APERFEIÇOAMENTO - PROGRAMA DE**  
**FORMAÇÃO CONTINUADA ESCOLA DA TERRA**

Maia Mazamboni  
Nathalia Tiemy Yamaguchi  
Edna Cristina Carvalho

**A GUERRA ÀS BIBLIOTECAS NO NEOLIBERALISMO**

Relato de Experiência apresentado ao curso de Aperfeiçoamento do Programa de Formação Continuada Escola da Terra da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS como requisito parcial para a conclusão do curso.

Orientadora: Profa. Marcos Gherke

LARANJEIRAS DO SUL

2024

## **Introdução**

Parafraseando Darcy Ribeiro, a crise da educação no Paraná não é uma crise; é um projeto. E tomando como base as resoluções políticas dos últimos dois governos estaduais, em treze anos, o projeto educacional aparenta ser um projeto para todo o Brasil. A militarização e privatização das escolas do Paraná, para citar os últimos acontecimentos, têm servido de modelo para outros estados, como São Paulo e Minas Gerais. Ademais, a instituição da lei federal 13.415 em 2017, conhecida como “Reforma do Ensino Médio”, trouxe consigo a narrativa de “modernizar” a educação, contexto ideal para que o governo de Ratinho Junior implementasse pensamento computacional como um componente curricular, e plataformas digitais diversas no ensino fundamental e médio. Desde então, as ciências humanas e as artes, e a biblioteca enquanto espaço que as potencializa, são institucionalmente ameaçadas.

Este relato de experiência objetiva apresentar algumas práticas pedagógicas contra-hegemônicas, realizadas no Colégio Estadual do Campo Maria Aparecida Rosignol Franciosi, opostas às políticas neoliberais na esfera educacional que sustentam as concepções ideológicas do atual governo. Tais práticas visam estimular os educandos a cultivar a leitura por meio de ações pedagógicas, eventos literários, reformas da biblioteca escolar, a fim de incutir o pensamento crítico e amplitude da subjetividade.

## **O Neoliberalismo na educação do Paraná**

Se a história recente da educação do Paraná é marcada por poucas, mas grandes manifestações, mais marcante ainda é a resposta dos governadores a elas. Não obstante, muitas datas destacadas no calendário das escolas do estado exigem mais memória do que comemoração. Até hoje lembra-se do dia 30 de agosto de 1988, por exemplo, quando o governo de Álvaro Dias recebeu os professores com a cavalaria da polícia militar e bombas de efeito moral em uma manifestação por melhores condições de trabalho. Ou 29 de abril de 2015, data em que Beto Richa ordenou um ataque aos professores com cães, bombas e balas de borracha, num protesto contra o projeto de reestruturação da previdência. A mensagem é clara: não houve e não há qualquer disposição do governo em negociar seus interesses na educação.

Se, conforme afirma Marx, “o Governo do Estado moderno não é se não um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (1999, p. 36), até mesmo aquilo que se denomina educação pública invariavelmente irá se submeter aos interesses privados. Reduzir a participação estatal, privatizar serviços públicos, sucatear institucionalmente estes serviços para vender a alternativa privada: esse movimento, que não é recente, mas avança sem precedentes, chama-se neoliberalismo.

O que certamente não é de conhecimento comum, e que não se espera de um país que nos 20 primeiros anos do século duplicou o número de alunos matriculados no ensino público superior, é o quanto a educação privada é lucrativa no Brasil. Ao mesmo tempo em que há a inserção de mais pessoas (e mais diversas, étnica e socialmente) nas instituições públicas, há também novos mecanismos estatais de financiamento para o aumento de pessoas nas instituições privadas (ProUni e Fies, via ENEM). À medida que este setor do mercado se fortalece e se consolida, outros campos da educação pública se tornam propícios a serem explorados.

O Impeachment de Dilma Rousseff em 2016, em contexto de crise financeira e instabilidade política, foi um momento ideal para serem articuladas diversas medidas que comprometeriam serviços públicos em benefício da esfera privada, inclusive na educação. A Medida Provisória 746 de 2016, do então presidente ilegítimo Michel Temer, conhecida como o embrião da “Reforma do Ensino Médio” é um exemplo disso. Sem que houvesse debate público das classes diretamente envolvidas, essa MP tornou-se a lei federal 13.415 de 2017, poucos meses depois.

Para além dos problemas estruturais que essa determinação traz para a educação, importou-se uma narrativa de que as escolas estavam atrasadas, desinteressantes aos estudantes (utilizada também para justificar o aumento da evasão escolar), e uma necessidade de modernizar suas metodologias de ensino e conteúdos estruturantes. Neste mesmo contexto, a lei de Temer permitia que os governos estaduais determinassem novos componentes curriculares (itinerários formativos) para compor a porcentagem destinada às disciplinas “optativas”, a serem implementadas até 2022. Aquilo que era um desejo por parte das empresas privadas, aumentar a venda de aparelhos e serviços para a educação pública, tornou-se uma necessidade urgente na época de isolamento social, decorrente da pandemia do COVID 19. Estavam dadas todas

as condições políticas e sociais para que mudanças vigorassem na educação pública, sem a possibilidade de protestos.

No Paraná, esse contexto deu vazão a um crescimento de laboratórios de informática nas escolas públicas, justificado sobretudo pelas novas plataformas digitais, produtos de investimento decorrente da “Reforma do Ensino Médio”, e pelo novo componente curricular inserido no primeiro ano: pensamento computacional. Em 2022, também, as escolas começaram a receber os “kits Educatron”, compostos por uma TV Smart, computador e acessórios variados, webcam e pedestal regulável. Desde então, muitas aulas e práticas pedagógicas acontecem no plano digital, dentro e fora da escola, e os professores são obrigados a adaptar suas metodologias de ensino e métodos de avaliação para essa nova realidade cotidianamente, mediante observação constante da equipe gestora. O não cumprimento dessas determinações acarretam em punições.

Além de observações frequentes das aulas, por parte da equipe gestora e pedagógica, existe a recomendação coercitiva sobre a utilização dos materiais didáticos digitais ofertados pelo governo. O que se nota, é uma evidente desqualificação por parte de quem prepara esses materiais, o empobrecimento e redução dos conteúdos (em nome, de novo, de uma necessidade de serem atrativos e atuais), e um caráter ideológico meritocrático e de *coaching*. O neoliberalismo está presente nas escolas de forma material e imaterial.

Determinadas políticas que não parecem estabelecer relações diretas com a ideologia neoliberal, também perduram na educação pública paranaense. O Programa Colégio Cívico-Militares do Paraná, instituído pela lei 20.338 de 2020, é um exemplo útil no que se refere ao aspecto empresarial que as escolas adquiriram, e à exportação de políticas paranaenses para o Brasil no âmbito educacional (mediante o fato de que está sendo projetada em outros estados, como São Paulo).

Parte-se do pressuposto de que as escolas periféricas possuem mais estudantes com defasagem por conta da realidade socioeconômica dos indivíduos que a frequentam. São esses mesmos educandos que geralmente apresentam problemas de comportamento nas aulas, por razões bastante complexas que extrapolam a noção rasa que os responsabiliza totalmente de suas atitudes. Se assim fosse, esses sujeitos seriam vistos por uma mera ideologia meritocrática, e o Estado livraria-se de qualquer responsabilidade. O que acontece, na prática, é um tratamento militar sobre problemas

sociais múltiplos, o que acarreta na desistência de diversos educandos que não se adequam aos moldes cívico-militares. Em resumo, há seletividade e aumento da desigualdade. Quando se descobre que componentes curriculares como a Sociologia são diminuídos para dar espaço para Cidadania e Civismo, pode-se afirmar que os instrumentos de emancipação ideológica e criticidade são igualmente reduzidos. Ademais, são escolas que buscam resultados numéricos, em face deste novo comportamento esperado, tal qual uma empresa (os índices de qualidade da educação se elevam quando há a redução de alunos com defasagem). É a educação neoliberal disfarçada de ordem.

Já em 2024, a palavra “privado” aparece sem qualquer disfarce. Trata-se do Programa Parceiros da Escola, Lei 22.006/2024, que prevê a delegação da gestão administrativa e de infraestrutura de 204 escolas estaduais do Paraná a empresas privadas. Isso implica na mudança da contratação de professores para como atualmente é feita a contratação dos profissionais do serviço de limpeza e segurança: de forma terceirizada, CLT. Mais uma vez, não houve debate por parte do governo de Ratinho Junior com a classe, o que justifica o fato da tramitação do Projeto de Lei ter ocorrido em regime de urgência, com votação remota na Assembleia Legislativa. O que se espera, pelo corrimento dos fatos e da ausência de escuta, é que esse projeto se expanda para todas as escolas do Paraná.

Há, como dito anteriormente, um avanço sem precedentes do caráter neoliberal na educação pública no Paraná. Em face da elevação dos índices de uso das plataformas digitais e materiais tecnológicos, algumas escolas decidiram fechar as bibliotecas escolares (que nos últimos anos estavam servindo mais de depósito de livros didáticos do que espaço de leitura/ empréstimo de livros). A plataforma Leia Paraná, onde há um acervo de livros digitais para serem acessados pelos alunos e utilizados nas aulas, e que contém títulos suspeitos (meritocráticos, *coaching* financeiros, etc.), foram priorizados em relação às bibliotecas físicas. Há relatos de escolas que proíbem os alunos de emprestar livros físicos, para “incentivar” a utilização da plataforma, e aumentar os índices. Há uma “guerra” às bibliotecas no neoliberalismo.

### **O MST e as escolas do Campo**

Os princípios que regem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), especialmente no campo da educação, são voltados ao pensamento crítico e emancipatório, alinhados à filosofia de Paulo Freire. Neste sentido, o MST tem se posicionado abertamente contra o projeto neoliberal na educação, por entender que o mesmo fortalece as desigualdades em benefício dos setores privados.

Algumas escolas (entre elas, as escolas do campo), conseguiram através de grande luta adequar o currículo escolar às suas realidades. Até mesmo porque, nas escolas em áreas de acampamento e assentamento, por exemplo, onde os recursos materiais e tecnológicos são consideravelmente menores que as demais escolas públicas do Estado, este projeto de “inovação” tende a atrasar. O acesso inconstante e limitado à energia elétrica, internet, espaços seguros para laboratórios de informática etc., além de atrapalhar as metas estatísticas da Secretaria Estadual de Educação, permite que as práticas pedagógicas desviem do que hoje é regra nas áreas urbanas. Se há uma desigualdade explícita entre as escolas públicas e estaduais no que se refere às condições materiais, a mesma acontece entre as escolas públicas urbanas e as do campo.

Este currículo particular, que esforçadamente tenta dar um aspecto mais próximo dos modos de vida dos seus educandos, em algum nível livra-se do caráter neoliberal imposto, mas não é capaz de driblar completamente. A única via possível para burlar essa regra, seria conscientizar os próprios estudantes do quanto essas novas demandas evidenciam um projeto de educação que os prejudica. Fazê-lo, entretanto, demanda uma conscientização por parte dos educadores (que, como foi descrito, em várias situações são obrigados a reproduzir práticas neoliberais em suas atribuições). É importante ressaltar que, se num sentido o educador é o agente da mudança, em outro a retirada constante de direitos e más qualidades de trabalho o exaure. É demandada deste ser, ao mesmo tempo, salvar os seus estudantes da lógica neoliberal enquanto arrisca sua carreira e sacrifica sua saúde.

Eis a necessidade de união e fortalecimento da classe de professores, da luta por melhores condições de trabalho e estudo, e do planejamento de ações nas escolas onde a mudança pode, de fato, acontecer. Este trabalho, com o objetivo de compartilhar caminhos possíveis para a superação das dificuldades descritas, disserta sobre alguns projetos e ações realizados no Colégio Estadual do Campo Maria Aparecida Rosignol

Franciosi, que incentivam o engajamento dos estudantes em relação ao fortalecimento da biblioteca e da prática da leitura.

## **O projeto**

O Colégio Estadual do Campo Maria Aparecida Rosignol Franciosi está localizado na região metropolitana de Londrina, no Assentamento Eli Vive I. Sua origem remonta a luta pela terra no Paraná, onde em 1991 centenas de trabalhadores rurais sem terra ocuparam pelo MST a fazenda Guairacá; as famílias foram despejadas violentamente da área, e ocuparam novamente o espaço em fevereiro de 2009 junto à fazenda Pininga. O território onde estão os assentamentos Eli Vive I e II tem hoje 7.313,06 hectares de terra, e é o maior assentamento localizado em uma região metropolitana no Brasil. Mais de quinhentas famílias moram e produzem nesta região.

Fundado em 2009 como escola itinerante pelos próprios moradores, dentro de um barracão de gado da fazenda ocupada, o colégio tornou-se uma instituição estadual em 2016 e atende desde então cerca de 180 educandos dos anos finais do ensino fundamental e médio. Compartilhando a mesma história, a Escola Municipal do Campo Trabalho e Saber divide o espaço com o colégio estadual, e atende mais de 150 crianças dos anos iniciais, além da educação para jovens e adultos no período noturno.

No início, para aumentar as condições de trabalho e estudo, os moradores da ocupação utilizaram a madeira do desmanche de construções da fazenda ocupada, e construíram salas de aula no espaço escolar. Além da cantina e biblioteca, quinze salas foram construídas (incluindo a parte administrativa, banheiros, e a sala dos professores). Atualmente, os estudantes dos anos iniciais estão aguardando a conclusão da nova Escola Municipal do Campo Trabalho e Saber, construída inteiramente com esforços comunitários e com inauguração prevista para o último bimestre do ano, enquanto os estudantes do colégio estadual já estão estudando em melhores condições, após a reforma que aconteceu no final de 2023, com a construção de salas novas pré-moldadas.

Com o objetivo de enfrentar as políticas neoliberais que vêm ganhando cada vez mais espaço de forma impositiva na educação estadual, os educadores do colégio planejaram novas ações no início do ano letivo de 2024, e a retomada de projetos que

necessitavam ser reorganizados. Serão descritos aqui três destes projetos: tempo leitura, sarau literário e a reforma da biblioteca escolar.

### **Tempo leitura**

As escolas de educação do campo em áreas de assentamento que são organizadas pelos princípios do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, estruturadas em ciclos de formação humana, têm, dentro de sua proposta pedagógica, a implementação dos Tempos Educativos. Um deles, o Tempo Leitura, consiste em estimular a prática da leitura nos educandos a partir de uma organização multidisciplinar da escola. Trata-se de reservar um momento da semana para os educandos cumprir determinadas etapas: leitura, interpretação, produção, organização e apresentação.

Em 2024, os educadores responsáveis pelo desenvolvimento desta ação pedagógica decidiram utilizar poemas e músicas como textos guia. Essa escolha partiu do princípio de que o texto poético é de fácil acesso por parte dos estudantes, e que possibilitam interpretações mais subjetivas. Portanto, separaram previamente poemas que fossem de temáticas relevantes (levando-se em conta o interesse dos educandos), adequados à sua idade (uma vez que toda a escola, do sexto ano ao ensino médio, participam do tempo leitura), e organizaram junto à equipe pedagógica um momento específico da semana para sua realização. Durante os meses de fevereiro a abril, os educandos dedicaram-se à leitura e interpretação dos poemas, e em seguida à produção de seus textos autorais; do final de abril a meados de maio, os educadores responsáveis organizaram junto aos educandos um sarau literário, onde as produções foram apresentadas de forma impressa (em varais inspirados na Literatura de Cordel) e lidas oralmente em público.

Sobre o Tempo Leitura, notou-se que os educandos inicialmente foram resistentes. O corpo docente refletiu e entendeu que isso devia-se, principalmente: pela falta de estímulo em relação à leitura; pela plataformização da educação, que substitui a leitura dos textos físicos pelas meios digitais (pouco acessíveis à população do campo), característica do avanço neoliberal da educação do Paraná; pela falta de hábito da interpretação subjetiva de textos poéticos. Dado o diagnóstico, fruto de um diálogo contínuo com os educandos, foi possível conduzir o Tempo Leitura de forma mais



assertiva e estimulante. A parte da escrita, a produção autoral dos educandos, demonstrou que os resultados da leitura foram positivos, pois percebeu-se que eles haviam adquirido habilidades específicas de escrita poética, como utilização de figuras de linguagem. Durante o processo, leu-se e estudou-se a literatura de cordel, haicais, e textos narrativos poéticos, além de poemas tradicionais em versos. Ao fim do processo, diversos educandos relataram ter gostado da experiência de escrita, e adquirido o hábito de leitura.

### **Sarau Literário**

Conforme descrito, organizou-se um evento literário no espaço escolar em forma de Sarau para socialização dos resultados do Tempo Leitura. O Sarau Literário Escrivências Sem Terra aconteceu no dia 17 de maio, nos dois períodos letivos, matutino e vespertino, e contou com a participação dos educandos do colégio estadual e da escola municipal. Além disso, participaram alguns representantes da Associação Brasil Soka Gakkai, uma organização não governamental filiada à ONU que realizou a doação de mais de 400 livros de literatura para a biblioteca da escola, fruto de uma campanha de arrecadação na sociedade civil.

O evento iniciou com uma mística, criada e atuada por um grupo de doze educandos do ensino médio, sobre a plataformização da educação e seus malefícios. Parte do ambiente escolar estava cercado de varais, onde os poemas criados pelos educandos foram pendurados; e outra parte servia como um palco (aberto a qualquer estudante do estado ou do município, onde poemas autorais ou públicos eram recitados. Outro grupo de educandos distribuiu haicais às pessoas que assistiam. Durante o evento, dezenas de educandos apresentaram os poemas de forma espontânea, e notou-se uma boa receptividade por parte do público que aplaudia efusivamente às leituras e chamavam outros participantes para recitar.

### **Reforma da Biblioteca Escolar**

Um dos projetos criados no início do ano letivo de 2024, foi o da reforma da biblioteca escolar. Organizado pela professora de arte com os estudantes do 2º ano do

ensino médio, o projeto tem como objetivo tornar o espaço visualmente mais atrativo aos estudantes, realizando pinturas, grafites, consertos estruturais, construção de novas prateleiras, projetos que estimulasse e conscientizasse toda a comunidade a respeito da importância da leitura; engajar os educandos em uma ação social, que exercitasse o sentido de coletividade e construção popular.

Inicialmente, foi realizada uma conscientização da biblioteca enquanto espaço fundamental para a escola, e a constatação de que após a reforma do colégio em 2023, ela estava sendo pouco frequentada (isso devido, principalmente, ao fato de ter permanecido em sua estrutura antiga de madeira). Os estudantes foram à biblioteca com a professora regente, e realizou-se um inventário das mudanças que eles queriam ver naquele espaço, a partir da pergunta: “como seria a biblioteca ideal?”. Diante disso, foi-se construindo um imaginário mais subjetivo do que era de fato uma biblioteca, sem reduzi-la a um espaço formal onde os livros eram apenas guardados. Pensou-se na possibilidade de ser, também, um ambiente acolhedor e de encontro entre os estudantes, convidativo ao trânsito e aberto durante todo o tempo de funcionamento da escola a toda a comunidade. A partir daí, houveram algumas reuniões para decidir o que seria de fato construído, o que necessitaria ser consertado, quais objetos poderiam ser descartados (uma vez que a biblioteca, sem o seu uso frequente, acabou abrigando diversos trabalhos escolares antigos), e medidas de arrecadação de recursos para as reformas pretendidas. Decidiu-se, então, como primeira medida prática, promover o sorteio de uma cesta de chocolates.

Com o recurso inicial, foi possível adquirir tintas brancas e materiais de pintura para realizar a feitura do fundo das paredes, que futuramente serão decoradas em grafite. Muitas delas estavam descascando, então foi necessário também o processo de lixamento, de retirada de pregos e outros objetos pontiagudos. A pintura e outros procedimentos aconteceram durante quatro dias de reforma, em quatro semanas, nas aulas de arte da professora regente. Durante o processo, desde o momento inicial, percebeu-se que outros educandos de toda a escola ficaram interessados em participar, em contribuir, e ajudaram na pintura e nas outras ações. É fundamental destacar, também, que alguns estudantes conheceram livros do acervo da biblioteca e emprestaram para ler, algo que não tinham o costume.

A reforma aconteceu e acontece com a participação ativa de cada estudante, sendo criadas comissões para uma melhor organização. Temos grupos dedicados a catalogar os livros do acervo, a planejar novas arrecadações de recursos, a esboçar os desenhos que serão feitos na arte final, a construir prateleiras e móveis novos para compor o espaço, e outros que contribuem na parte que exige um esforço físico maior. Foi construída essa autonomia, para que os educandos se sentissem protagonistas do trabalho que desenvolvemos, além de permitir que cada um utilizasse suas habilidades e preferências para contribuir com o coletivo

### **Conclusão**

A escola é um espaço de potência; a biblioteca é um espaço de potência; o estudante é um ser potente. O projeto neoliberal parece potencializar a escola ao modernizá-la, parece potencializar a leitura ao oferecer livros digitais, parece potencializar o estudante ao oferecer experiências digitais. Este é o perigo. Investimento financeiro nas escolas não é sinônimo de investimento na educação. Aliás, o que tem se constatado nas mais recentes pesquisas educacionais, é que a tecnologia eletrônica pode ser antagonista nos processos de aprendizagem. Entretanto, o que buscou-se demonstrar neste relato de experiência é o que está por trás deste avanço moderno, quais ideologias o fundamentam, quais interesses o justificam, e qual setor da sociedade se beneficia com sua manutenção.

Ademais, por meio do compartilhamento de práticas pedagógicas, ações e projetos realizados, para que os sujeitos protagonistas da educação possam se emancipar e criar uma subjetividade mais rica, e uma consciência mais crítica, este relato de experiência também cumpriu a função de comprovar que o investimento financeiro não é especificamente a solução. É necessário sim que as escolas públicas sejam equipadas com materiais de qualidade, sejam espaços de qualidade, que os professores recebam salários justos, e que o ambiente escolar seja interessante para os educandos. Porém, nenhum investimento material cumprirá seu papel se não houver uma base ideológica que norteie tais recursos para uma educação libertadora.

### **Referências Bibliográficas:**

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Editora Fonte Digital, 1999.

**Anexos:**

























